

VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**



VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo Srs.

Aos Administradores e Quotistas da
VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da VIAÇÃO GATO PRETO LTDA. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIAÇÃO GATO PRETO LTDA. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível



de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2024.



Sandro Casagrande
Sócio Contador
CRC 1SP194140/O-9
BC Control Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP022159/O-0

QUADRO 1
VIAÇÃO GATO PRETO LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	2023	2022	PASSIVO	NOTAS	2023	2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Disponibilidades			121	Empréstimos e financiamentos	14	12.121	22.105
Aplicações financeiras	4	40.580	34.828	Fornecedores		3.971	1.971
Contas a receber	5	15.464	11.856	Obrigações fiscais, trab. e sociais	11	9.464	9.515
Estoques	6	2.898	2.377	Provisão para contingências	15	3.054	720
Adiantamentos concedidos	7	7.328	3.536	Provisão férias e encargos	12	9.770	8.529
		66.273	52.718	Outras Obrigações	13	18.848	3.458
						57.228	46.298
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				EXIGÍVEL LONGO PRAZO			
Depósitos e Bloqueios judiciais	8	3.961	2.970	Empréstimos e financiamentos	14	40.430	30.681
Bens Recebidos em Comodato	9	5.103	5.103	Bens de Terceiros Comodato (Ônibus)	9	2.722	3.232
(-) Bens Recebidos em Comodato (Ônibus)	9	(2.381)	(1.871)			43.152	33.913
		6.683	6.202				
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	45.000	45.000
				Reserva de Lucros		26.062	32.697
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		202	421
						71.264	78.118
TOTAL DO ATIVO		171.644	158.329	TOTAL DO PASSIVO		171.644	158.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	<u>296.525</u>	<u>279.336</u>
Custo de tráfego	18	(187.078)	(186.953)
Custo de Fiscalização	18	(5.122)	(4.605)
Custo de Manutenção	18	(6.280)	(5.617)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		<u>(198.480)</u>	<u>(197.175)</u>
LUCRO BRUTO		<u>98.045</u>	<u>82.161</u>
Administrativas e gerais	19	(47.340)	(43.723)
Outras despesas e receitas		(3.645)	(1.669)
Receitas financeiras		5.531	2.651
Despesas financeiras		(9.386)	(5.641)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS		<u>(54.840)</u>	<u>(48.382)</u>
Lucro antes do IRPJ e CSLL		<u>43.205</u>	<u>33.779</u>
DESPESA COM IRPJ e CSLL		<u>(14.827)</u>	<u>(12.295)</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>28.378</u>	<u>21.484</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

**VIAÇÃO GATO PRETO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)**

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Ajuste Avaliação Patrimonial</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>45.000</u>	<u>23.254</u>	<u>641</u>	<u>-</u>	<u>68.895</u>
Distribuição de lucros		(12.041)		21.484	(12.041)
Lucro líquido do exercício				(21.484)	21.484
Transferencia para reserva de lucros		21.484		-	-
Realização do Ajuste de Valor Patrimonial			(220)		(220)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>45.000</u>	<u>32.697</u>	<u>421</u>	<u>-</u>	<u>78.118</u>
Distribuição de lucros		(35.013)		28.378	(35.013)
Lucro líquido do exercício				(28.378)	28.378
Transferencia para reserva de lucros		28.378			
Realização do Ajuste de Valor Patrimonial			(219)		(219)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>45.000</u>	<u>26.062</u>	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>71.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 4**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)**

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ajustes para conciliar o resultado		
Resultado do exercício	28.378	21.484
Depreciações e amortizações	16.024	15.892
Encargos financeiros líquidos	1	(1)
Resultado na venda de ativo	79	(10)
	<u>44.482</u>	<u>37.365</u>
Acréscimo (decréscimo) de ativos		
Em valores a receber de clientes	(3.608)	6.174
Em estoques	(521)	(139)
Em outros créditos	(3.792)	(2.355)
Em depósitos judiciais	(991)	(1.729)
	<u>(8.912)</u>	<u>1.951</u>
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Em fornecedores	2.000	216
Em obrigações trabalhistas e sociais	(51)	(97)
Em provisão para contingências	2.334	131
Em provisão férias e encargos	1.241	2.973
Em outras obrigações	15.390	3.419
	<u>20.914</u>	<u>6.642</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	<u>56.484</u>	<u>45.958</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no mercado financeiro	(5.752)	(20.993)
Adições para imobilizado, inclusive encargos capitalizados	(15.382)	(18.336)
Ajustes de avaliação patrimonial	(220)	(220)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>(21.354)</u>	<u>(39.549)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimo e financiamentos	(9.984)	(12.987)
Captações de empréstimos e financiamentos	9.749	15.845
Distribuição de lucros	(35.013)	(12.041)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	<u>(35.248)</u>	<u>(9.183)</u>
Acréscimo (decréscimo) em caixa	<u>(118)</u>	<u>(2.774)</u>
Saldo inicial de caixa	121	2.895
Saldo final de caixa	<u>3</u>	<u>121</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.** sociedade empresaria limitada, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e inscrita no CNPJ, estabelecimento matriz sob nº 60.870.847/0001-59, com objetivo de exploração dos serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no Município de São Paulo/SP, conforme contrato de concessão, denominado “Contrato de Articulação Regional e Estrutural AR1, AR8 E E1”, sendo a única empresa no lote AR8, enquanto que nos lotes AR1 e E1 como consorciada no “Consortio Bandeirantes de Mobilidade”, sendo que sua principal fonte de receita a remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SPTRANS, autarquia municipal, em decorrência do serviço de transporte público de passageiros no município de São Paulo.

A assinatura do presente contrato ocorrera em 24/05/2019, com vigência de 15 (quinze) anos, com início em 06/09/2019, firmado junto a Prefeitura do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, representada pelo Senhor Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT, Concorrência nº 002/2015, Processo SEI nº 6020.2018/0003186-1, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 07 de janeiro de 2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e alterações; Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e alterações; Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objeto do Contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, neste Município, nos termos do art. 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 05 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, dos Lotes AR1, AR8 E E1 , Articulação Regional e Estrutural, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941/09. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

b) Ativos e Passivos

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, conseqüentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes.

c) Ajuste a valor de mercado

Conforme avaliado, não foi necessário o ajuste a valor presente dos ativos em atendimento ao previsto no CPC 12.

d) Contas a Receber

As contas a receber são reconhecidas pelo valor individual das bilhetagens quando incorridas, em regime de caixa.

e) Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado.

f) Imobilizado

Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu levantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparado análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, tendo no entanto, sido realizada avaliação dos veículos por concessionária especializada na compra e venda de veículos e subsequente ajuste ao valor de mercado. (CPC 27).

g) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados ao valor líquido de realização.

h) Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrações pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais.

i) Fornecedores

Apresentados pelos valores registrados ao custo até a data do balanço.

j) Empréstimos e Financiamentos Bancários

Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido, sob as alíquotas de 15% e adicional de 10% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social.

l) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas

Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRRF, FGTS e outros impostos e contribuições, bem como os valores do parcelamento de INSS vencíveis em curto prazo.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisão para Contingências

Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto às prováveis perdas.

o) PIS e COFINS

As Receitas decorrentes da exploração dos serviços de transportes coletivos de passageiros, no exercício, não tiveram incidência de PIS e COFINS, em decorrência da Suspensão da Contribuição – Conforme Lei Nº 12.860, de 11/09/2013, enquanto que as Receitas Financeiras foram tributadas normalmente pelos referidos impostos com base nas alíquotas efetivas de 0,65% e 4,00% e por fim as Receitas de Vendas de Sucatas foram tributadas normalmente respectivamente pelas alíquotas efetivas de 1,65% e 7,60%.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
BANCO BRADESCO - CDB'S (FILIAL)	23.213	20.003
BANCO BRADESCO - CDB'S (MATRIZ)	16.115	11.470
BANCO BRADESCO - LETRA FINANCEIRA (MATRIZ)	1.252	2.234
BANCO BRADESCO - LETRA FINANCEIRA (FILIAL)	-	1.121
	<u>40.580</u>	<u>34.828</u>

As aplicações financeiras estão registradas pelos montantes aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras encontravam-se atreladas a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas correspondentes a 80% de CDI, enquanto em que em 31 de dezembro de 2023 a taxa de remuneração corresponde a 100% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
SÃO PAULO TRANSPORTES - SP TRANS	7.869	11.856
SPTRANS VLR A RECEBER NT	7.595	
	<u>15.464</u>	<u>11.856</u>

Em 31 de dezembro de 2023 os valores que compõem o "Contas a Receber" estão compostos pelos recebimentos de curtíssimo prazo, assim compreendidos os serviços prestados e recebidos em até 4 (quatro) dias seguintes, correspondentes a R\$ 7.869, enquanto que o valor de R\$ 7.595, refere-se aos recebimentos com prazos de recebimentos superiores a esse prazo.

6. ESTOQUES

Composto conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PEÇAS E ACESSÓRIOS	1.301	964
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	1.283	1.051
OUTROS	<u>314</u>	<u>362</u>
	<u>2.898</u>	<u>2.377</u>

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	<u>7.328</u>	<u>3.536</u>
	<u>7.328</u>	<u>3.536</u>

Os adiantamentos concedidos, tratam-se de valores destinados aos fornecedores para futuras aquisições de peças, bens e serviços utilizados na operação regular da empresa, sendo que nas efetivas entregas futuras, as operações são devidamente embasadas por documentos fiscais hábeis e idôneos.

8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
DEPÓSITOS TRABALHISTAS	2.513	1.650
DEPÓSITOS CÍVEIS	95	6
	<u>2.609</u>	<u>1.656</u>
BLOQUEIOS JUDICIAIS	<u>1.352</u>	<u>1.314</u>
	<u>3.961</u>	<u>2.970</u>

Depósitos realizados de processos trabalhistas e cíveis, conforme solicitado pelo MM.Juiz.

9. BENS RECEBIDOS EM COMODATO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
BENS RECEBIDOS EM COMODATO (ÔNIBUS)	5.103	5.103
(-) AMORTIZAÇÃO DE COMODATO (ÔNIBUS)	<u>(2.381)</u>	<u>(1.871)</u>
	<u>-</u>	<u>3.232</u>
	<u>2.722</u>	<u>3.232</u>

Os bens recebidos em comodato, trata-se de empréstimo não oneroso de 9 (nove) veículos (Ônibus), de propriedade de terceiros, que estão sendo utilizados na operação regular da empresa, registrados pelos seus valores originais de aquisição de R\$ 567 (quinhentos e sessenta e sete mil reais), cada unidade, correspondente ao montante de R\$ 5.103 (cinco milhões, cento e três mil reais), conforme documentos de titularidades dos seus proprietários, desde 05/2019, sendo amortizados desde então a uma taxa de 10,00% (dez por cento) ao ano, resultando na sua total amortização ao final de 10 (dez) anos, sendo que ao final desse período, serão retirados de circulação e devolvidos aos seus proprietários.

10. IMOBILIZADO

	<u>2022</u>	Aval. Patrim.	Adições	Baixas	<u>2023</u>
INSTALACOES	770	-			770
BENFEITORIAS DE TERCEIROS	3.509	-			3.509
FROTA DE ONIBUS	211.857	-	15.092	(16.024)	210.925
VEICULOS AUXILIARES	1.785	-	10	-	1.795
MAQUIN/APARELHOS/EQUI	1.170	-	-	-	1.170
MOVEIS E UTENSILIOS	781	-	-	-	781
VALIDADORES ELETRONICOS	3.255	-	-	-	3.255
CATRACAS ELETRONICAS	147	-	-	-	147
EQUIP. P/ PROC.DE DADOS	1.809	-	280	-	2.089
EQUIP. ENERG. RENOVÁVEIS	1.768	-	-	-	1.768
SISTEMA INTELIGENTE ADAS	18	-	-	-	18
	126				126
Total Custo	<u>226.996</u>	-	-	-	<u>226.353</u>
INSTALACOES	(767)			(3)	(770)
BENFEITORIAS DE TERCEIROS	(3.508)			-	(3.508)
FROTA DE ONIBUS	(115.129)		16.024	(15.618)	(114.723)
VEICULOS AUXILIARES	(1.349)		-	(27)	(1.376)
MAQUIN/APARELHOS/EQUI	(1.015)		-	(39)	(1.054)
MOVEIS E UTENSILIOS	(779)		-	(2)	(781)
VALIDADORES ELETRONICOS	(3.255)		-	-	(3.255)
CATRACAS ELETRONICAS	(147)		-	-	(147)
EQUIP. P/ PROC.DE DADOS	(1.112)		-	(211)	(1.323)
EQUIP. ENERG. RENOVÁVEIS	(431)		-	(177)	(608)
SISTEMA INTELIGENTE ADAS	(10)		-	(4)	(14)
LIC. DE USO DE SOFTWARES	(85)		-	(21)	(106)
Total Depreciação	<u>(127.587)</u>	-	-	-	<u>(127.665)</u>
Ativo Imobilizado Líquido	<u>99.409</u>	-	-	-	<u>98.688</u>

A companhia registrou no exercício de 2014, Ajuste de Avaliação Patrimonial para a frota de ônibus, cujo efeito líquido no custo do ativo imobilizado é de R\$ 202 em 31 de dezembro de 2023.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
SALÁRIOS A PAGAR	5.367	4.599
INSS A RECOLHER	1.218	1.979
OUTRAS	1.130	1.114
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	974	708
FGTS A RECOLHER	775	1.115
	<u>9.464</u>	<u>9.515</u>

Os saldos das contas Salários a Pagar, INSS e FGTS, estão compostos a partir da Folha de pagamento processada pela empresa, enquanto que o saldo da conta "Obrigações Tributárias", está composto por: PIS, COFINS, IRPJ e CSSL sobre resultado a pagar, IRRF sobre serviços a recolher, CSRF sobre serviços a recolher, INSS sobre Serviços Tomados, ISS retido a recolher, a conta "Outras" está composta por: Contribuição Previdenciária Patronal, IRRF sobre salários, Pensão Alimentícia, FGTS sobre rescisão, Pró-Labore a pagar e Rescisões a pagar.

12. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
PROVISÃO DE FÉRIAS	9.770	8.529
	<u>9.770</u>	<u>8.529</u>

Saldos acumulados provenientes da provisão analítica de férias de funcionários e respectivos encargos sociais incidentes sobre os valores a serem pagos.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.848	3.458
	<u>18.848</u>	<u>3.458</u>

Os saldos de "Obrigações com Sócios" estão compostos pelos saldos de Juros sobre Capital Próprio (JCP) a pagar e distribuições de lucros a pagar.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

FINAME/CAPITAL DE GIRO	2023	2022
Curto Prazo		
FINANCIAMENTOS FUTUROS	-	15.944
VOLVO	8.071	2.394
BANCO BRADESCO	3.866	1.023
CONTAS A PAGAR PROCS. JUDICIAIS	99	-
BANCO MERCEDES BENZ	85	1.766
EMPRÉST. CAP. GIRO BRADESCO	-	978
	<u>12.121</u>	<u>22.105</u>
FINAME/CAPITAL DE GIRO		
Longo Prazo		
EMPRÉST. CAP. GIRO 3 GP1	12.623	12.623
VOLVO	12.377	3.537
EMPRÉST. CAP. GIRO 2 GP3	6.125	6.125
EMPRÉST. CAP. GIRO 1 GP3	6.125	6.125
BANCO BRADESCO	3.053	2.059
EMPRÉST. CAP. GIRO 4 GP1	127	127
BANCO MERCEDES BENZ	-	85
	<u>40.430</u>	<u>30.681</u>
	<u>52.551</u>	<u>52.786</u>

Financiamentos através de Finame, para aquisição de veículos para a Frota Operacional, com taxa de juros total entre 5,42% e 10,03% ao ano, conforme contratos firmados com instituições financeiras.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais perante diferentes tribunais, os quais a entidade é parte passiva, estão assim demonstrados:

Área	Probabilidade de perdas			
	2023		2022	
	Possíveis	Prováveis	Possíveis	Prováveis
TRABALHISTAS	4.250	2.747	4.345	583
CIVEIS	1.223	307	974	137
	<u>5.473</u>	<u>3.054</u>	<u>5.319</u>	<u>720</u>

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social em 31 de dezembro de 2023, representado por 45.000 de cotas, ao valor unitário de R\$ 1,00, perfazendo total de R\$ 45.000, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sendo:

TPG Participações Ltda., Cotas Integralizadas 22.950, percentual de 51,00%, total de R\$ 22.950; e

TRP Participações Ltda., Cotas Integralizadas 22.050, percentual de 49,00%, total de R\$ 22.050.

TOTAL Cotas Integralizadas 45.000, Integralização em Reais R\$ 45.000, percentual de 100,00%, total de R\$ 45.000.

17. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em janeiro de 2013 a empresa aderiu a Lei nº. 12.715/2012, que substituiu a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a receita bruta das empresas de Prestação de Serviços Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mais precisamente em Maio/2013, o Governo publicou a MP 617/13, que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviços de Transporte Coletivos de Passageiros.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	302.843	285.388
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
CPRB (INSS CF. DESONERAÇÃO FOLHA)	(6.057)	(5.926)
COFINS S/ OUTRAS RECEITAS (SUCATAS)	-	(2)
PIS S/ OUTRAS RECEITAS (SUCATAS)	-	(1)
COFINS S/ OUTRAS RECEITAS (FINANCEIROS)	(224)	(106)
PIS S/ OUTRAS RECEITAS (FINANCEIROS)	(36)	(17)
	<u>(6.318)</u>	<u>(6.052)</u>
	<u>296.525</u>	<u>279.336</u>

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados envolveram todos os gastos que a companhia despendeu em decorrência das suas atividades executadas, tanto os fixos quanto os variáveis, relacionados a sua operação, compreendendo os centros de custos: “Custo de Operação, Fiscalização, e Manutenção” envolvendo os gastos com pessoal, seus respectivos encargos e benefícios, manutenções, depreciações de bens e veículos da frota e foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência, tendo sido incluídas na apuração do resultado do período em que efetivamente ocorreram, com base em documentos fiscais e contábeis hábeis, devidamente reconhecidos pela Legislação do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de Março de 1999 (RIR/99) e em consonância com os Pronunciamentos Contábeis específicos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</u>		
CUSTO COM PESSOAL	(100.013)	(91.348)
CUSTO COM VEÍCULOS	(71.183)	(79.943)
CUSTOS COM DEPRECIACAO E AMORTIZACAO OPERAÇÃO	<u>(15.882)</u>	<u>(15.662)</u>
	<u>(187.078)</u>	<u>(186.953)</u>
MANUTENÇÃO	<u>(6.280)</u>	<u>(5.617)</u>
FISCALIZAÇÃO	<u>(5.122)</u>	<u>(4.605)</u>
	<u>(198.480)</u>	<u>(197.175)</u>

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

As despesas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência, tendo sido incluídas na apuração do resultado do período em que efetivamente ocorreram, com base em documentos fiscais e contábeis hábeis, devidamente reconhecidos pela Legislação do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de Março de 1999 (RIR/99) e em consonância com os Pronunciamentos Contábeis específicos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), enquanto que as despesas indedutíveis foram adicionadas ao Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), tornando nulo seu efeito para fins de dedutibilidade na apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<u>DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS</u>		
SERVIÇOS PROFISSIONAIS	(18.766)	(16.802)
DESPESAS COM ESTRUT./INSTALAÇÃO	(15.072)	(14.432)
CUSTO DE ADMINISTRAÇÃO	(8.804)	(8.685)
DESPESAS DIVERSAS	(4.030)	(3.186)
DESPESAS COM VEICULOS	<u>(668)</u>	<u>(618)</u>
	<u>(47.340)</u>	<u>(43.723)</u>

20. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A distribuição de Lucros do Exercício, foi realizada conforme resultado apurado e em conformidade com os limites disponíveis e Legislação vigente.

A destinação dada ao saldo de lucro líquido apurado pela Sociedade no exercício social findo em 31/12/2023 no valor total líquido de R\$ 35.013, sendo que o montante de R\$ 17.013 foram destinados às sócias a título de Distribuição de Lucros e efetivamente pagos ao longo do exercício de 2023, enquanto que outros R\$ 18.000 foram destinados e devidamente evidenciados no patrimônio líquido, porém, permaneceram como valores a pagar, desse modo o saldo da conta contábil de "Reserva de Retenção de Lucros", que em 31/12/2022 correspondia a R\$ 32.696, enquanto que em 31/12/2023 corresponde à R\$ 26.062 nas quais encontram-se à disposição dos sócios

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre a data do encerramento do exercício e até o momento, não foram identificados eventos subsequentes que possam afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As demonstrações Contábeis apresentam de forma fiel todas as informações sobre Instrumentos Financeiros, sendo que:

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto a bancos particulares.

Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados em Curto e Longo Prazo.

Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito.

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são basicamente Aplicações financeiras decorrentes de operações em Renda Fixa que são atualizados por percentuais da variação do CDI.

23. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade e autorizadas para emissão em 28/03/2024.

* * * * *

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35201589485	CNPJ 60.870.847/0001-59	
NOME EMPRESARIAL VIACAO GATO PRETO - CONSOLIDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO SPED	NÚMERO DO LIVRO 58
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 2B.27.6B.4E.69.02.A7.85.33.B3.52.3E.7E.EA.DC.15.03.FA.B0.F4	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	16994155870	JUNIOR APARECIDO DOS SANTOS: 16994155870	901776973989723645 7	26/04/2024 a 26/04/2025	Não
Procurador	16994155870	JUNIOR APARECIDO DOS SANTOS: 16994155870	901776973989723645 7	26/04/2024 a 26/04/2025	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

2B.27.6B.4E.69.02.A7.85.33.B3.52.3E.
7E.EA.DC.15.03.FA.B0.F4-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/06/2024 às 15:05:26

86.BC.9F.A2.A0.02.DE.85
17.DF.DB.D0.ED.D6.20.F5

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.